



DOSSIER

Por Joaquim Borges Gouveia (Professor Catedrático, DEGEI da Universidade de Aveiro)
e Luís Borges Gouveia (Professor Auxiliar, CEREM, Universidade Fernando Pessoa)

Cidades digitais

A autarquia digital é muito mais que a simples inclusão de um canal Web ou a agilização e racionalização de processos.

A sociedade da informação e do conhecimento: impacto e mudanças

Tem sido já lugar comum referir a informação como paradigma das mudanças da economia, do lazer, do trabalho e, mesmo da vida doméstica de cada um nós. É referido por inúmeros autores a importância da informação, da sua posse, compreensão e acesso para decidir e agir melhor, mais rapidamente, e com menor custo.

Actualmente, a sociedade de informação é também uma Sociedade de Informação e do Conhecimento como que querendo emendar a excessiva conotação de individualismo e de efémero que está associado ao conceito de informação. A informação, enquanto material de apoio à decisão e à acção, está sujeita a um necessário enquadramento – contexto – que lhe dê valor e utilidade. O conhecimento, por ser eminentemente resultado da partilha colectiva de significados, é necessariamente construído em sociedade, promovendo valores como a colaboração, a partilha e a interacção entre indivíduos, independentemente de afiliação profissional, moral ou religiosa.

Globalmente, esta transição para uma Sociedade de Informação e do Conhecimento é acompanhada por mudanças que, embora sendo objecto de inúmeras discussões e referências, dificilmente se analisam em conjunto. Entre estas mudanças destaca-se a crescente complexidade de lidar com a informação disponível e o problema do excesso de informação que se traduz por perdas significativas de produtividade.

A discussão de âmbito do conceito de autarquia digital

É neste âmbito, das competências que o indivíduo tem de possuir na Sociedade de Informação e do Conhecimento, que se traduz a importância das instituições e do impacto que estas produzem para o seu treino e fácil adaptação. As instituições são simultaneamente um motor que induz a transformação e um dos beneficiários das novas competências a adquirir pelos indivíduos.

Conceitos como o de governo central, de governo local e das autarquias possuem um papel não negligenciável na habituação e fomento da interacção sob formato digital bem como na introdução de práticas orientadas à informação. O conceito de *e-government* que, tanto em voga se encontra, engloba o recurso a novas formas de fazer o que o governo faz, mas adoptando práticas que permitem ganhos substanciais em termos de eficiência, acesso à informação, tempos de resposta e proximidade ao cidadão.

O conceito de *e-local government* estende estes mesmos princípios mas com uma maior proximidade ao cidadão, tomando agora a sua vertente de município. Curiosamente, a proximidade territorial ao indivíduo sai reforçada como elemento diferenciador destes dois conceitos, mesmo tratando-se duma interacção baseada em informação, logo virtual.



O conceito de e-local government estende os princípios do e-government mas com uma maior proximidade ao cidadão, tomando agora a sua vertente de munícipe.

O conceito de *autarquia digital* é, no entanto, relativamente aos anteriores, mais localizado. A autarquia digital enquanto conceito prepara o funcionamento orgânico e quotidiano de uma autarquia para suporte do digital, alterando práticas de uma forma mais profunda que a simples inclusão de mais um canal Web ou a agilização e racionalização de processos. Também a este nível o impacto da transparência de informação, do acesso à informação e de uma potenciação da interação com o munícipe muda mais que as ferramentas, muda atitudes para as quais o munícipe tem de ser e estar preparado.

No entanto, a autarquia digital, enquanto conceito, preocupa-se fundamentalmente com o funcionamento da infra-estrutura de decisão e acção do poder local e não com uma lógica de integração de circulação de informação que, embora se situe no mesmo território físico, que exige diferentes mecanismos de suporte e preparação do próprio munícipe.

O contributo das cidades digitais

A necessidade de gerir informação, disponibilizando e agregando os meios de análise que permitam o desenvolvimento, planeamento e acesso à informação não podem, nem devem estar associados a uma lógica eminentemente funcional que uma autarquia digital, embora essencial, não pode oferecer.

São competências de regulação de fluxos de informação, partilha de competências e de fortalecimento da massa crítica de recursos humanos de uma região, não apenas as suas escolas, centros de serviços e vias e infra-estruturas de comunicação, mas também o núcleo de competências, políticas e mecanismos disponibilizados para a distribuição, o acesso e partilha de informação.

Estes mecanismos, complementados com uma visão adequada para a realidade do território, tomando políticas de informação específicas e corporizadas por uma visão inclusiva do ocupante do território, permite a adopção de uma estratégia que, incluindo necessariamente uma autarquia preparada, ultrapassa o seu âmbito e oferece uma plataforma mais associada com o conceito de *e-local government* – a face do poder local que segue a lógica do governo electrónico.

O conceito das *cidades digitais* implica precisamente uma lógica de raciocínio que englobe não só a autarquia, mas também demais instituições de um território associados de modo a partilharem informação e envolvendo os indivíduos numa prática que permita a livre circulação e criação de informação de suporte à interacção. Desta forma, não será apenas mais fácil, mais rápido e mais eficiente a troca de informação. Daqui tem de resultar igualmente ganhos na atitude e na própria lógica de gerir a informação que leve à apropriação por parte de uma região do seu património de informação – esta é a visão proposta por projectos como o Gaia Digital que se encontra em fase de desenvolvimento.

O esforço a investir neste projecto visa fomentar uma maior aproximação entre a administração local, os munícipes, os grandes utilizadores dos serviços autárquicos, as instituições de desenvolvimento regional, as associações de promoção cultural e desportiva, os estabelecimentos de ensino, a indústria, comércio e serviços, os prestadores e utilizadores de serviços de saúde, os turistas e demais visitantes do concelho e todos os que, de uma forma ou de outra, possam ser consumidores de informação com origem ou destino na cidade em causa, estimulando, paralelamente, o uso das tecnologias de informação e telecomunicações.